

Uma frente ampla em defesa da democracia

» VALDIR OLIVEIRA

Ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e filiado ao PSB-DF

Nasci em 1966, dois anos após um golpe militar apoiado por conservadores brasileiros, que fizeram a famosa marcha da família com Deus pela liberdade. Carlos Lacerda, político respeitado que representava a corrente conservadora brasileira, participou ativamente na defesa do golpe militar, que deu seus primeiros sinais em 1961, mas teve seu desfecho em 31 de março de 1964. Os democratas seguraram por três anos a ruptura, mas não conseguiram resistir às forças antidemocráticas com seu ímpeto de quebrar a ordem institucional. Em 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional elegia indiretamente o general Castelo Branco para completar o mandato de João Goulart, deposto pelas forças militares. Um dia antes, em 10 de abril de 1964, meu pai, de quem herdei o mesmo nome, que morava em Milagres, interior do estado do Ceará, foi a dois cartórios e fez uma declaração pública de que era democrata. Foi esse o espírito em que fui criado; na defesa da democracia.

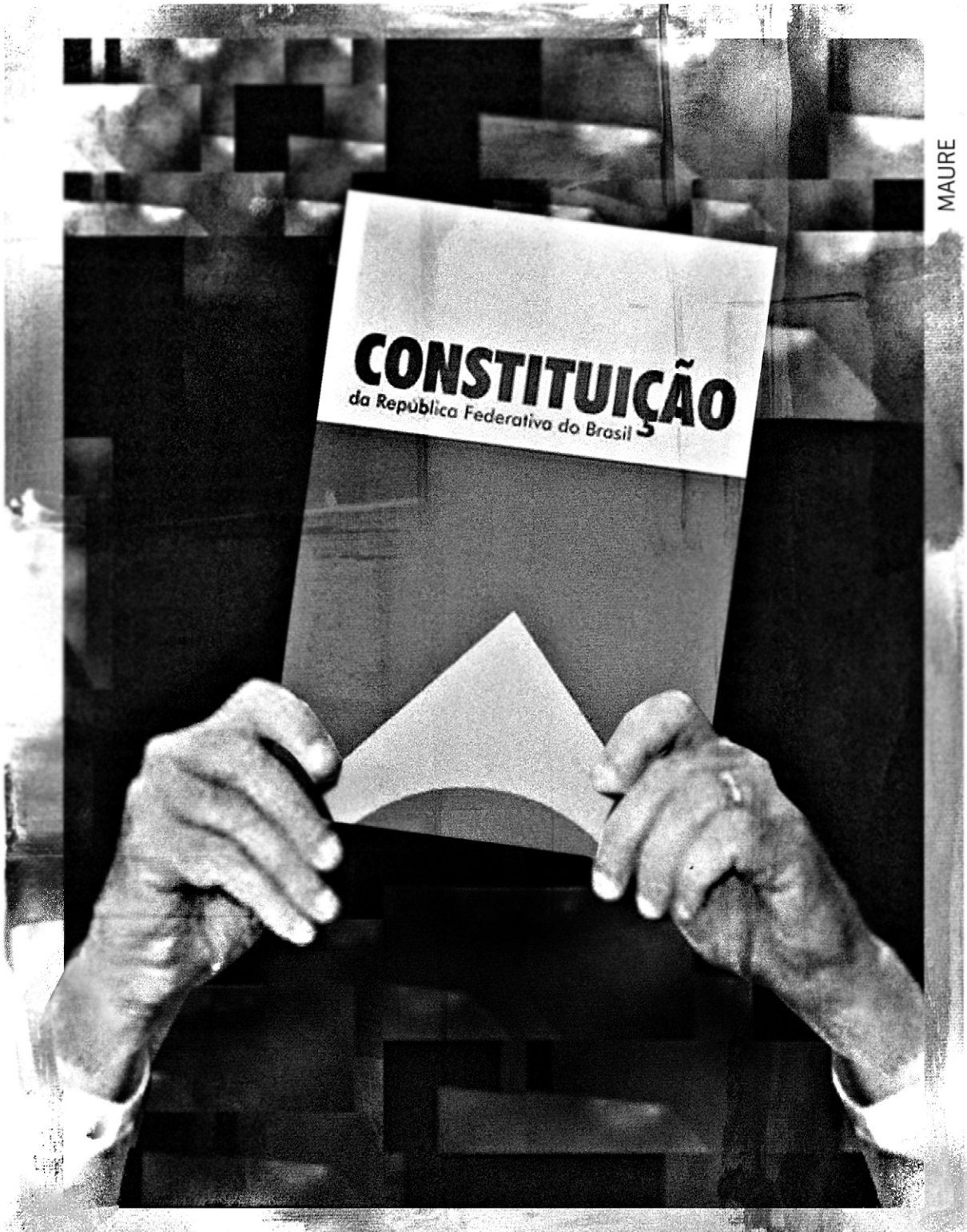
Após assumir o poder, os militares deram sinais que não o devolveria para os civis, mantendo o país em um Estado de Exceção, com a centralização do poder em suas mãos, frustrando os líderes políticos que os apoiaram, por verem a impossibilidade da retomada da normalidade democrática. Em 1966, surge o Movimento pela Frente Ampla. Liderado por Carlos Lacerda, esse movimento juntou Juscelino Kubitschek, que representava uma corrente mais ao centro da política brasileira, e João Goulart, presidente deposto, que representava uma corrente à esquerda da política brasileira. A defesa da democracia juntou lideranças de correntes adversárias, sejam de direita, sejam de esquerda ou centro, mas todas na defesa da democracia brasileira.

Passados 60 anos do golpe militar, vivemos o mesmo ambiente político no Brasil. A tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 mostra o espírito antidemocrático que tomou conta de algumas lideranças políticas brasileiras. Vivemos em uma polarização, disso não temos dúvidas. E essa será a pauta da eleição de 2026. Mas essa polarização não será entre esquerda e direita, tampouco entre progressistas e conservadores. A polarização será entre democratas e golpistas. Em 2026, sessenta anos após o Movimento pela Frente Ampla, precisaremos do mesmo espírito democrático daqueles que foram adversários e que, hoje, tem nos golpistas o antagonismo. Essa união em defesa da democracia deve ser a principal pauta, se quisermos caminhar para um Brasil na defesa da liberdade. Inspirados na união de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, os líderes devem se

despir de suas disputas paroquiais e dar as mãos na defesa do nosso maior valor: a liberdade.

O que vale para o Brasil, vale para a nossa Brasília. Construir uma frente ampla na nossa capital é juntar os democratas, independentemente de suas correntes políticas. Precisamos ter, de um lado, os que repudiam a atitude golpista que envergonhou Brasília e, do outro, aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a tentativa de golpe de 8 de janeiro. Uma frente ampla precisa se desvincular de extremismos ideológicos e furar a bolha polarizada, para atrair democratas de todas as correntes. A hora é de desapegar das disputas passadas e de suas sequelas, assim como dogmas ideológicos que, muitas vezes, separam aqueles de boa-fé.

O caminho da união dos democratas é a tripla que pode nos levar a uma Brasília economicamente viável e socialmente muito mais justa. Nasci no momento de ruptura no Brasil. Tive uma formação que me fez crer na democracia como valor fundamental para a sociedade. Não posso me abster de opinar neste momento tão importante, assim como repassar aos meus filhos meus valores. Precisamos, todos os democratas, nos unir por um Brasil e uma Brasília em que a liberdade seja o legado para as próximas gerações, independentemente de posições políticas ou ideológicas, mas com um único propósito: a defesa de uma Brasília e de um Brasil onde a democracia seja um valor inegociável.



MAURE

A inflação e o baixo consumo de hortaliças no Brasil

» MARCOS NASCIMENTO

Chefe-geral da Embrapa Hortaliças e presidente da Associação Brasileira de Horticultura

Nos últimos meses, temos verificado, in loco (e no bolso), o preço elevado das hortaliças na gôndola do supermercado, principal ponto de venda desses produtos no país. O que estamos observando, coincidindo com o verão chuvoso e mais quente, e nos últimos anos cada vez mais intensos devido às mudanças climáticas, é um "aquecimento", com o perdão do trocadilho, dos preços dos produtos hortícolas.

As variações extremas do clima corroboram com a perda das produtividades nas lavouras e com a qualidade do produto colhido nas oleráceas, espécies bastante suscetíveis quando produzidas em campo aberto (o cultivo protegido em estufas pode mitigar esses efeitos adversos). Nesse caso, a pesquisa realizada pela Embrapa e parceiros pode mitigar os efeitos do clima, resultando, inclusive, em uma produção mais sustentável, com menor utilização de insumos ou agrotóxicos, por exemplo.

A maior incidência de pragas e doenças, nessas condições adversas, também causa prejuízos para os produtores, aumentando o custo de produção e reduzindo o ganho; com isso, o produto, na maioria das vezes, chega ao ponto de venda com o valor mais alto. As mudanças climáticas têm afetado também as épocas de plantio e, consequentemente, a época de colheita dessas hortaliças; ainda, mudanças nos locais de produção (felizmente, em um país continental, podemos "nos dar ao luxo" de produzir nas diferentes regiões e nas diferentes épocas do ano), regularizando, assim, a oferta de hortaliças em todo o país. Contudo, essas mudanças de locais de produção podem, às vezes, provocar uma alta de preço nos produtos, devidos aos custos operacionais e logísticos.

O aumento expressivo do custo de produção em várias cadeias produtivas de hortaliças também é uma realidade. Preço de insumos, principalmente adubos (e na produção de hortaliças, o consumo dos mesmos é alto pelas plantas), custo alto de mão de obra (muitos dos processos durante a produção de hortaliças requerem atividades manuais, ou seja, não são mecanizados — ainda — em nosso país) e, por fim, aumento do combustível (uma das maiores altas) observado nos últimos meses, tudo isso afetando o preço do produto final.

E o que se pode fazer para tentar reverter essa situação de alta dos alimentos, incluindo as hortaliças? Discussões sobre o seguro rural, redução de impostos, renegociação de dívidas, manutenção da desoneração da cesta básica, entre outras, são medidas que podem impactar a cadeia produtiva. Linhas de crédito e incentivos ao pequeno e médio produtor, aquele responsável por boa parte da produção de hortaliças no país, são medidas cruciais para alavancar a produção e reduzir o preço dos produtos. E, claro, a utilização de melhores tecnologias (e melhor assistência técnica à agricultura familiar) pode melhorar a performance das lavouras e, talvez, reverter esta situação.

Um fato concreto e certo é o baixo consumo de hortaliças em nosso país. O Brasil consome, por diversas razões, sejam elas econômicas, culturais, etc., menos hortaliças que países mais desenvolvidos. O acesso econômico — menor preço — da hortaliça aumentará o seu consumo por parte da população. E, aqui, estamos falando de alimentação saudável, com menos alimentos processados, mas produtos hortícolas ricos em vitaminas, sais minerais, fibras e antioxidantes. Políticas de incentivo ao consumo de hortaliças, principalmente nas escolas (onde se cria o hábito desde cedo), são extremamente importantes no aspecto nutricional e, claro, evitando problemas de doenças, como obesidade, diabetes, hipertensão etc.

Uma notícia recente foi a nova cesta básica, na qual as hortaliças entraram em "peso" na composição da mesma, prevenindo, inclusive, mais alimentos in natura. Um passo bastante importante! Fico aqui pensando (e tiraria o chapéu) para quem "inventou" o self-service (comida a quilo), no qual, mesmo na periferia, as pessoas têm acesso, a preços menores, a um prato mais diversificado em saladas, mais colorido e rico em nutrientes.

Finalmente, o preço das hortaliças não tem acompanhado a desaceleração da inflação observada nos últimos meses, pelo contrário, o preço na gôndola do supermercado, na feira do bairro ou na vendinha da comunidade, disparou. Em um país tropical, onde "se plantando tudo dá", é inadmissível termos hortaliças a preços tão altos (às vezes, mais caros que carne de primeira), onde (boa) parte da população não tem acesso a esses produtos de qualidade. Como diz o nosso poeta Caetano Veloso, "alguma coisa está fora da ordem..."

Desafios e a importância do fair share na sustentabilidade da internet

» RICARDO CAMPOS

Docente nas áreas de proteção de dados, regulação de serviços digitais e direito público na audiências públicas e nas comissões no Congresso Nacional e em tribunais superiores para discussão de temas ligados ao direito e à tecnologia.

AUIT, agência das Nações Unidas especializada em tecnologias da informação e da comunicação, publicou o relatório *Measuring digital development*, que estimou que, em 2022, apenas 66% da população estava on-line, resultando em cerca de 2,7 bilhões de pessoas não conectadas. No contexto brasileiro, a pesquisa TIC Domicílios 2023, realizada pelo Cetic.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, revelou que 84% dos domicílios contavam com acesso à internet. Apesar dos avanços observados nos últimos anos, persistem grandes desigualdades em relação a áreas rurais e remotas e a famílias de baixa renda, se comparadas a áreas urbanas e a famílias de classes mais altas. Ainda, marcadores como raça, gênero e idade têm sido relevantes para se analisar o problema do hiato digital.

Especialmente durante a pandemia de covid-19, a essencialidade da internet banda larga para o exercício de direitos básicos e para o acesso de serviços essenciais tornou ainda mais urgente universalizar a conexão de qualidade. Sobre isso, vale destacar o conceito de conectividade significativa, que está na ordem do dia e tem ganhado cada vez mais espaço nos debates sobre políticas públicas de inclusão digital, constituindo, inclusive, um dos

principais temas nas recentes discussões do G20. O conceito visa estabelecer padrões mínimos relativos à cobertura e à qualidade da conectividade, considerando o acesso, se precário, não garante aos cidadãos uma experiência on-line satisfatória, segura e produtiva.

Esse cenário coloca para os governos e os Estados o desafio de buscar soluções para alcançar as metas de universalização previstas — no caso do Brasil, por exemplo, pelo Plano Estratégico da Anatel 2023-2027 e pelo Plano Plurianual 2020-2023. É fundamental, nesse contexto, voltar o olhar para a infraestrutura que dá base a todo o funcionamento da internet e que, portanto, pode ser entendida como o pré-requisito para se alcançar todas as outras fases da inclusão digital. E é diante disso que tem sido discutido, nos últimos anos, o chamado fair share no setor das telecomunicações, que visa repensar o atual modelo de custos relativos à infraestrutura física que suporta o tráfego da internet. Hoje, tais custos recaem exclusivamente sobre as empresas de telecomunicações e os usuários finais, não incluindo as grandes empresas de tecnologia, responsáveis por mais de 50% do volume de dados da internet e quem de fato extrai uma mais valia significativa dessa infraestrutura na nova

economia orientada por dados. Ou seja, a despeito de usufruírem e se beneficiarem de tal infraestrutura, atingindo crescentes lucros ano após ano, não se responsabilizam por seus ônus.

Cada vez mais, têm sido necessários investimentos maciços em expansão, manutenção e atualização das redes, para que essas sejam capazes de acompanhar a transformação digital das sociedades modernas — que contam com aumento crescente no volume dos dados trafegados e, ainda, precisam se preparar para a nova geração de tecnologias como a inteligência artificial, a Internet das Coisas e o cloud computing, com impactos aos mais diversos setores da sociedade, como da saúde, da educação e da indústria, transporte, bem como à prestação de serviços públicos em geral. No caso do Brasil, como visto, tais desafios somam-se, ainda, à necessidade de se garantir a universalização da conectividade de qualidade, garantindo também potencial de inovação para os demais setores da sociedade.

Quando se fala em fair share no contexto brasileiro, é a própria sustentabilidade da internet e sua dimensão social que está em jogo. É fundamental que façamos sérios debates sobre o tema a fim de que a transformação digital no Brasil venha em benefício de todos.